



RELATÓRIO DE REUNIÃO ESPECIAL

Prestação de informações sobre a gestão
da Secretaria de Estado de
Desenvolvimento Social – Sedese

— 30/6/2021 —

I – Apresentação

No dia 30/6/2021, as Comissões de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência; de Defesa dos Direitos da Mulher; de Direitos Humanos; de Esporte, Lazer e Juventude; e do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social receberam Elizabeth Jucá e Mello Jacometti, titular da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese –, que prestou informações sobre a gestão de suas áreas de competência relativamente ao primeiro quadrimestre de 2021, em atendimento ao art. 54 da Constituição do Estado.

II – Presenças

- Deputada Ana Paula Siqueira, Deputado André Quintão, Deputada Andréia de Jesus, Deputado Arlen Santiago, Deputada Beatriz Cerqueira, Deputado Betão, Deputada Celise Laviola, Deputado Dalmo Ribeiro Silva, Deputado Guilherme da Cunha, Deputada Laura Serrano, Deputada Leninha, Deputado Professor Cleiton, Deputado Professor Wendel Mesquita, Deputado Sávio Souza Cruz, Deputado Zé Guilherme, Deputado Zé Reis.

III – Discussões

Conforme estabelece a Deliberação nº 2.705, de 23/4/2019, a secretária de Estado de Desenvolvimento Social, Elizabeth Jucá e Mello Jacometti, apresentou as ações adotadas para o enfrentamento da pandemia de Covid-19 e para a mitigação de seus impactos, bem como prestou esclarecimentos sobre o planejamento para a retomada das atividades rotineiras.

1. Transferência de renda emergencial e outras medidas de enfrentamento da Covid-19

Sobre a transferência de renda emergencial e apoio aos municípios no combate à Covid-19, a secretária informou que, para as famílias em extrema pobreza (com renda *per capita* mensal de até R\$89,00) cadastradas no Cadastro Único para Programas Sociais – CadÚnico –, o Estado assegurou, por meio do **Programa Renda Minas**, renda emergencial temporária no valor de R\$ 39,00 por pessoa, por um período de três meses, em 2020. Em média, foram repassados R\$117,00 por família/mês. O benefício alcançou aproximadamente 900 mil famílias e 2,5 milhões de pessoas. Para o Renda Minas foram mobilizados recursos da ordem de R\$300 milhões.

Para 2021, como renda emergencial temporária, o **Força Família** garantirá o repasse de R\$600,00, em parcela única, às famílias em extrema pobreza cadastradas no CadÚnico. O repasse está previsto para ser

realizado até o dia 1º/8¹. Para o pagamento do benefício serão utilizados recursos do Fundo de Erradicação da Miséria – FEM.

Os parlamentares solicitaram um posicionamento da secretária sobre a necessidade e a importância de um programa permanente de transferência de renda no Estado, complementar ao Programa Bolsa Família. Argumentaram que os recursos do FEM poderiam ser utilizados para isso. Destacaram que 1,3 milhão de pessoas estão abaixo da linha da pobreza, o que demonstra o grande desafio da pasta para atender as crescentes demandas sociais.

Defenderam a necessidade de se fortalecer o orçamento das políticas sociais a cargo da Sedese para fazer frente ao empobrecimento da população, agravado pela pandemia do Coronavírus. Lembraram que além da pobreza, a pandemia acentuou a fome, o desemprego, a desigualdade social, com reflexos, inclusive, no acesso tecnológico, e ainda agravou a violência, especialmente contra os públicos mais vulneráveis – mulheres, adolescentes, idosos e crianças.

Evidenciaram, ainda, o déficit de habitação e a escassez, cada vez mais acentuada, de unidades de interesse social. Apontaram que atualmente a pasta, que responde por cinco importantes políticas sociais (trabalho, assistência social, direitos humanos, esporte e habitação), conta apenas com 0,5% do total do orçamento do Estado, o que não é compatível com os desafios das políticas sob sua responsabilidade. Assim, ressaltaram a necessidade de se discutir o financiamento das políticas de direitos humanos e desenvolvimento social no Estado.

Os parlamentares destacaram, ainda, a importância do fortalecimento das regionais da Sedese como forma de aproximar o órgão da realidade de cada região e adequar as ações da secretaria às demandas regionais. Quanto a esse ponto, a secretária ratificou a relevância estratégica do papel das regionais, razão pela qual a pasta atua no fortalecimento dessas unidades.

COMPROMISSO

Compromisso/posicionamento da secretária:

- A secretária reconheceu a importância de o Estado contar com um programa de renda complementar ao Bolsa Família. Contudo, chamou atenção para os limites orçamentários impostos pela crise fiscal do Estado.

¹ O pagamento do Força Família foi adiado para 1º/11, em parcela única de R\$ 600,00, conforme decisão comunicada pelo governador do Estado em publicação no Diário Oficial do Estado – DOE. Acesso em: 16 de agosto de 2021.

[RQN 8.556/2021](#): Pedido de providências para que se dê início a discussão dentro do governo sobre a construção de um plano estadual de desenvolvimento social e econômico como instrumento para combater os efeitos de longo prazo da pandemia de coronavírus.

[RQN 8.565/2021](#): Pedido de informações sobre o Plano Estadual de Combate à Pobreza, detalhando a execução e ações implementadas, considerando-se o compromisso assumido pela secretária na última edição do Assembleia Fiscaliza em 2020.

2. Assistência Social

A secretária informou que estão sendo transferidos aos 853 municípios R\$31 milhões correspondentes a **parcelas extras do Piso Mineiro de Assistência Social**. Das sete parcelas previstas, seis já foram pagas a 768 municípios. Os restantes estão com prestação de contas em atraso e por isso ainda não receberam seus respectivos valores. Para estes casos, a Sedese tem oferecido apoio técnico específico.

Os parlamentares abordaram a necessidade de se incluir, na relação do público prioritário para a vacina contra a Covid-19, os trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social – Suas –, como forma de garantir a continuidade dos serviços socioassistenciais.

Outro aspecto destacado pelos deputados foi a diminuição do fornecimento dos serviços socioassistenciais no Estado durante a pandemia de Covid-19. Eles perguntaram quais ações podem ser realizadas pela Sedese para ajudar os municípios a retomarem suas atividades assistenciais.

A secretária informou que os atendimentos individualizados, sobretudo os de concessão de benefícios e atendimento a violação de direitos, não foram paralisados e que todos os Centros de Referência Especializados de Assistência Social – Creas – continuam funcionando, e apenas os serviços de grupos e acolhimentos foram suspensos. A gestora afirmou que a Sedese pode fazer uma avaliação a respeito da interrupção dos serviços socioassistenciais, mas que uma das grandes necessidades da assistência social hoje é a atualização do CadÚnico, com a inclusão de novas famílias que, com o empobrecimento, entraram para o perfil do cadastro. Lembrou que tratam-se de dados muito importantes para a formulação de políticas públicas e que a Sedese tem incentivado os municípios a realizarem esse cadastramento, o qual precisa ser atualizado no prazo de dois anos.

Compromissos/posicionamentos da secretária:

- A Sedese se comprometeu a levar ao secretário de Saúde a discussão sobre a importância de se vacinarem os trabalhadores do Suas e de incluí-los na relação de público prioritário para a vacinação contra Covid-19.
- A secretária se propôs a conversar com a Subsecretaria de Assistência Social, com a Comissão Intergestores Bipartite – CIB – e com o Conselho Estadual de Assistência Social para planejar ações de fortalecimento dos serviços socioassistenciais no Estado.

RQN 8.546/2021: Pedido de providências para que, em articulação com a Secretaria de Estado de Saúde, seja discutido junto ao Coes Minas Covid-19 a inclusão, no grupo prioritário para a vacinação contra Covid-19, dos trabalhadores do Suas.

3. Geração de trabalho e renda

Sobre as ações de trabalho, emprego e renda, a secretária destacou aquelas voltadas para as pessoas em vulnerabilidade social. O **Projeto Recomeço**, que visa unir quem emprega a quem precisa trabalhar, oferece trabalho temporário e qualificação profissional ao público vulnerável por meio de parceria com empresas públicas, organizações sociais, universidades e órgãos do governo.

Detalhou que, para o encaminhamento do trabalhador autônomo, a Sedese desenvolveu o **Contrata MG**, um aplicativo que conecta o contratante com o prestador de serviço. São mais de 2,2 mil trabalhadores e 2,5 mil contratantes cadastrados, abrangendo 300 municípios.

A gestora apresentou o projeto **Percursos Gerais** – Trajetória para a autonomia –, que tem como foco a autonomia de renda das famílias em extrema pobreza nos municípios de baixo Índice de Desenvolvimento Humano – IDH. A iniciativa articula diferentes ações que compõem um plano de desenvolvimento para a família, e envolve formação profissional, inserção produtiva, acompanhamento socioassistencial, atividades para idosos e para crianças e adolescentes. Iniciado na Regional de Teófilo Otoni em 2021, o programa se expande para a regional de Salinas e Diamantina. Até junho foram firmados acordos de cooperação com 19 municípios da região.

Articulado ao Percursos Gerais estão os projetos de **Implantação de Poços Artesianos e Raízes de Minas**. Realizado em parceria com o Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais – Idene –, a implantação de poços artesianos visa assegurar acesso à água de qualidade a famílias em contexto de vulnerabilidade e beneficiará 50 municípios com Sistemas Integrados de Abastecimento de Água – SIAA. O Raízes de Minas, por sua vez, busca o fomento à produção agroecológica de famílias em extrema

vulnerabilidade e prevê a entrega de 9 kits de irrigação em cada um dos 16 municípios da regional de Teófilo Otoni e o fomento a cinco bancos de sementes crioulas em comunidades quilombolas.

Os deputados salientaram o aumento do desemprego e da pobreza em Minas Gerais e a necessidade de ampliação das ações de articulação para o trabalho e emprego na pandemia, com a utilização dos recursos do Fundo Estadual do Trabalho – FET.

ENTOSREQUERIM

RQN 8.545/2021: Pedido de informações acerca das destinações detalhadas dos recursos alocados no Fundo Estadual do Trabalho, tendo em vista o aumento do desemprego, agravado pela crise sanitária decorrente da pandemia de Covid-19.

RQN 8.557/2021: Pedido de informações, de maneira detalhada, sobre os resultados dos programas empreendidos pelo Estado para o enfrentamento do desemprego.

RQN 8.558/2021: Pedido de informações sobre o número de cursos de qualificação ofertados ou previstos para 2021, especificando-se a modalidade dos cursos, o número de vagas, as vagas por região do Estado, bem como o montante e a fonte dos recursos alocados no programa, total de alunos que concluíram cursos de qualificação profissional em 2020 e de alunos inseridos no mercado de trabalho.

RQN 8.562/2021: Pedido de informações sobre os resultados detalhados do projeto Trajeto Renda, indicando o número de pessoas inseridas no mercado de trabalho e em que setores da economia.

RQN 8.563/2021: Pedido de informações sobre quais os projetos de geração de emprego e renda, desenvolvidos no Estado, financiados ou executados por entidades, tais como o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – Sebrae –, Banco do Brasil – BB –, Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais – BDMG –, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES –, Caixa Econômica Federal – CEF –, Bradesco S.A. e outras, bem como os seus escopos, os valores já dispensados e aqueles programados e os devidos cronogramas. (RQN não recebido pela Mesa por apresentar conteúdo idêntico ao RQN 7950/2021, já enviado à Sedese e já respondido).

RQN 8.564/2021: Pedido de informações sobre o uso dos recursos alocados no Fundo Estadual do Trabalho, sua destinação detalhada para fazer frente ao desemprego crescente, agravado pela crise sanitária, e as medidas de fomento desenvolvidas pela Secretaria de Desenvolvimento Social para a manutenção do emprego formal.

RQN 8.567/2021: Pedido de informações sobre quais medidas foram adotadas pelo governo visando ao fomento ao trabalho, à economia popular solidária, à articulação de trabalho e emprego e à criação de frentes de trabalho para o período de pandemia.

RQN 8.569/2021: Pedido de informações detalhadas sobre a Economia Popular Solidária e quais são as medidas e projetos para o fomento e a manutenção dos empreendimentos solidários desenvolvidos e previstos para 2021.

RQN 8.570/2021: Pedido de informações sobre os programas de inclusão produtiva para os catadores de materiais recicláveis e população de rua que foram previstos pela secretaria da qual é titular em respostas a requerimentos oriundos da Assembleia Fiscaliza de 2020.

4. Política para a mulher

Entre as ações voltadas para as mulheres, a secretária citou a **Campanha Minas pela Igualdade de Gênero**, destacando a publicação de um caderno de referências técnicas para os Centros de Atendimento

Especializado às Mulheres dos municípios, bem como a realização de encontros para tratar do tema. De acordo com a gestora, foram capacitados 24 centros.

Informou a realização de cerca de 1.200 atendimentos, de forma virtual, pelo **Centro Risoleta Neves de Atendimento às Mulheres – Cerna** –, de janeiro a maio de 2021. Detalhou que foram atendidas nesse período 140 mulheres em situação de violência: 60 delas iniciaram acompanhamento e outras 80 já se encontravam nesse processo. Frisou que a Sedese vem implementando atendimentos pelo Cerna no interior do Estado, tanto por meio direto às mulheres em situação de violência, quanto pela oferta de assessoria técnica a equipes dos municípios. E destacou, ainda, que o Cerna conta atualmente com mais 2 psicólogas.

Acerca das unidades móveis conhecidas como **Ônibus Lilás**, afirmou que elas passarão a funcionar no segundo semestre, com planejamento de atendimentos em 18 municípios, por meio da oferta de serviços de orientação, acolhimento e prevenção da violência contra a mulher.

Citou o **Projeto Trajeto Moda**, desenvolvido no âmbito do Programa Percursos Gerais, por meio do qual serão ofertadas 287 vagas de capacitação para mulheres em corte e costura, bem como em liderança e desenvolvimento de modelos de negócio, cooperativismo e economia familiar. Esse projeto é desenvolvido em municípios de baixo IDH e direcionado principalmente para mulheres em situação de violência doméstica e familiar. A previsão é de atendimento de 73 municípios, que se concentram nas regiões do Mucuri e Jequitinhonha. Acrescentou que foi iniciado em 2/8/2020 um piloto do projeto no Aglomerado da Serra, em Belo Horizonte, para testar sua metodologia e que será realizada a capacitação de sete lideranças femininas das regiões do Mucuri e Jequitinhonha para o posterior trabalho nas suas respectivas localidades.

Outro projeto destacado foi o **Minas Programando**, com foco na qualificação profissional de pessoas em situação de vulnerabilidade social, prioritariamente mulheres, na área de tecnologia da informação. Detalhou que estão abertas 110 vagas exclusivas para mulheres na Região Metropolitana de Belo Horizonte – RMBH – e em Montes Claros, com expectativa de novas vagas em 16 municípios neste ano de 2021. Na RMBH, foram ofertadas 60 vagas em programação *web*, em parceria com a Fundação de Educação para o Trabalho de Minas Gerais – Utramig – e com recursos do Programa Novos Caminhos. Em Montes Claros, foram abertas 50 vagas, em parceria com a empresa Vollee Educacional, para qualificação profissional em programação na plataforma arduino. A previsão é de atendimento de 2 mil pessoas até o fim de 2022, com turmas mistas e exclusivas para mulheres, mas sempre com foco em públicos vulneráveis.

Também foi mencionado o **Projeto Banco de Empregos – A Vez Delas**. A secretária esclareceu que essa ação decorre da edição da Lei nº 23.680, de 2020 (que dispõe sobre a criação de banco de empregos para

mulheres vítimas de violência). Declarou que a regulamentação da lei, por meio de decreto, ocorrerá até agosto de 2021 e o lançamento do projeto se dará até novembro de 2021.

Ainda sobre projetos de inclusão produtiva para mulheres, a secretária destacou **as redes solidárias para mulheres rurais**. Mencionou ação voltada para o fomento à criação de redes solidárias nos espaços comunitários e territórios, com vistas ao acolhimento de mulheres em situação de violência e com foco na capacitação e na empregabilidade no Município de Caraií, em parceria com a Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado de Minas Gerais – Fetaemg –, iniciativa essa viabilizada por emenda orçamentária da Comissão de Participação Popular.

Lembrou também do **Projeto Empodera**, que visa a qualificação e a inserção profissional de 100 mulheres, por meio da oferta de curso de bombeiro hidráulico, na RMBH; e de 20 mulheres, por meio da capacitação em manutenção de celulares e *tablets*, nos Municípios de Betim, Lagoa Santa, Ribeirão das Neves, Coronel Fabriciano e Itaobim, com previsão para outubro de 2021.

Por fim, a secretária destacou o projeto **Arte de Juntar**, direcionado à qualificação e à inserção profissional de 200 mulheres em trabalhos de artesanato e em material reciclável, nos Municípios de Belo Horizonte, Betim, Igarapé, Lagoa Santa e Vespasiano.

Embora a gestora tenha mencionado alguns programas destinados à geração e à distribuição de renda, para os parlamentares a ação da secretaria ainda é insuficiente, tendo em vista a existência de 1,5 milhão de pessoas desempregadas no Estado, o que demanda mais recursos para atender a esse público. Os dados de extrema pobreza trazidos pela secretária indicam as mulheres como as mais afetadas, revelando que a pobreza tem recorte de gênero. Assim, é importante se investir em ações voltadas para essas mulheres, como o fomento a políticas de emprego para elas e o combate à extrema pobreza.

Outros pontos destacados pelas deputadas foram o aumento da violência doméstica e a necessidade de se realizarem ações preventivas, de acolhimento e de interiorização – de forma que todas as mulheres sejam, de fato, alcançadas –, bem como a importância de se criar um fundo próprio para políticas direcionadas às mulheres.

Elas citaram reunião realizada no âmbito do Assembleia Fiscaliza de 2021, em que as polícias civil e militar trouxeram dados sobre a criminalidade e informaram a queda dos respectivos índices no Estado, à exceção da violência doméstica e familiar, única a aumentar em 2021, registrando elevação de 1,45%.

Sobre a Lei nº 23.680, de 2020 (que dispõe sobre a criação de banco de empregos para mulheres vítimas de violência), parlamentares frisaram a importância da sua regulamentação. Contaram sobre sua participação em reuniões com a equipe da Sedese e com representante da Secretaria da Mulher do Distrito Federal, que

desenvolve o Projeto BEM – Banco de Emprego para Mulheres Vítimas de Violência –, que inspira a regulamentação da referida lei, assim como o Projeto Tem Saída, de São Paulo. Lembraram ainda que a OAB Mulher, a CDL-BH e a Defensoria Pública-MG também estão colaborando com esse trabalho.

Questionaram se há previsão de implantação de um Centro de Referência para Mulheres no Município de Buritizeiro, que possui o maior índice de violência contra a mulher e de feminicídio do Norte de Minas. Por fim, solicitaram esclarecimentos sobre o **Projeto Avon** e perguntaram sobre a possibilidade de ampliação do Ônibus Lilás.

Compromissos/posicionamentos da secretária:

COMPROMISSOS

- Não há previsão de implantação de um Centro de Referência para Mulheres no Município de Buritizeiro, mas a secretária se comprometeu a empenhar-se para atender essa demanda.
- A secretária informou que o Projeto Avon visa acolher, em rede hoteleira sigilosa, mulheres em situação de violência; que é coordenado pela Secretaria de Justiça e Segurança Pública – Sejustp –, em parceria com a Sedese; tem duração de um ano, podendo ser prorrogado; e que atualmente não possui limite de vagas. Destacou, ainda, que desde maio já têm sido realizados atendimentos por meio do projeto, apesar de ainda estar em construção.
- Informou que haverá ampliação do Ônibus Lilás em mais municípios a partir de 2022.

REQUERIMENTOS

RQN 8.566/2021: Pedido de informações sobre a ampliação de vagas ofertadas para o acolhimento de mulheres vítimas de violência doméstica e seus dependentes, especificando-se quantas vagas foram abertas no âmbito do Estado pelos municípios e pelo Estado (Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social), uma vez que se trata de equipamento de alta complexidade, conforme regulação do Sistema Único de Assistência Social – Suas –, e considerando-se ainda que o Ministério da Cidadania disponibilizou recursos para tal acolhimento.

RQN 8.588/2021: Pedido de providências para a imediata instalação, no Município de Buritizeiro, de equipamentos de proteção a mulheres, como o Centro de Referência de Defesa e Proteção à Mulher.

5. Política para a pessoa com deficiência

Os parlamentares apontaram a necessidade de se fortalecerem as ações de inclusão e de proteção das pessoas com deficiência no mercado de trabalho. Nesse sentido, eles ressaltaram a importância de a Sedese realizar um **mapeamento das pessoas com deficiência e doenças raras** no Estado para ajudar na sua identificação.

Outro ponto destacado pelos parlamentares foi a importância da implantação do serviço de fornecimento de **Carteira de Identificação das Pessoas com Transtorno do Espectro Austista – Ciptea** – pelo Estado. Sobre esse ponto, a secretária esclareceu que a Sedese e a Seplag estão desenhando o serviço de fornecimento da Ciptea, com previsão de disponibilização da carteira a partir de março de 2022.

Compromissos/posicionamentos da secretária:

- A secretária se comprometeu a levar a questão da necessidade de identificação das pessoas com deficiência e doenças raras para uma parceria com a Secretaria Estadual de Saúde.
- A Sedese também se comprometeu a elaborar projetos que fortaleçam e incentivem a inclusão das pessoas com deficiência no mercado de trabalho.

RQN 8.543/2021: Pedido de providências para identificar as pessoas com deficiência e com doenças raras no Estado, de modo a contribuir para a sua inclusão social e produtiva.

RQN 8.544/2021: Pedido de providências para fortalecer o programa de inclusão no mercado de trabalho das pessoas com deficiência, conforme disposto na Lei Federal nº 8.213, de 1991, e no Decreto Federal nº 9.508, de 2018.

6. Política para a pessoa idosa

Sobre as ações de proteção à pessoa idosa no período da pandemia, a secretária informou que a **Rede de Apoio à Pessoa Idosa em Minas Gerais – Rapi** –, uma governança colaborativa formada por organizações sociais, universidades, órgãos públicos e privados, tem atuado no enfrentamento dos efeitos da pandemia em relação à população idosa. Enfatizou os seguintes projetos desenvolvidos pela Rapi: plano emergencial de apoio técnico aos municípios na proposição e coordenação da rede de atenção à pessoa idosa; **plataforma Longeviver**, em parceria com o Banco Itaú; diagnóstico dos conselhos e mapeamento das demandas para a política da pessoa idosa; **Projeto Arte de Cuidar**, em parceria com o curso de Psicologia da PUC Minas, para apoio psicológico virtual a pessoas idosas e funcionários das instituições de longa permanência para idosos no Estado.

7. Política para a criança e o adolescente

As deputadas demonstraram preocupação com a manutenção do **Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte – PPCAAM** –, tendo em vista o vencimento do prazo do convênio com o Governo Federal que possibilita a sua manutenção. Indagaram sobre as ações e as perspectivas para a continuidade do programa, já que sua descontinuidade preocupa trabalhadores e destinatários da política.

Além disso, os parlamentares que compõem a Frente de Defesa da Criança e do Adolescente salientaram que estão sendo demandados quanto ao fortalecimento dos conselhos e ao incremento de políticas públicas de combate à violência e ao abuso sexual contra crianças e adolescentes. Registraram, também, preocupação com a vulnerabilidade das crianças e dos adolescentes no período da pandemia e reforçaram a necessidade de fortalecimento do Fundo para a Infância e a Adolescência – FIA – com vistas a se garantirem políticas públicas, incluindo a realização de campanhas para esse público.

Compromissos/posicionamentos da secretária:

- A secretária destacou grande esforço da Sedese de captação de recursos para o FIA. Informou que a Sedese está planejando a realização de campanhas contínuas voltadas para crianças e adolescentes e que encontra-se em formulação uma campanha estadual, com foco nos municípios, para que eles desenvolvam as ações voltadas para esse público.
- A gestora informou que a Sedese está realizando diversas capacitações de conselheiros tutelares.
- Declarou que o convênio que atende o PPCAAM está vencido desde março de 2021 e que o Estado está arcando integralmente com os custos do programa enquanto aguarda o cofinanciamento do governo federal, de forma que os beneficiários não estão desassistidos.

RQN 8.547/2021: Pedido de informações sobre a previsão de assinatura de convênio para continuidade do Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte – PPCAAM –, entre o Estado e o governo federal, visando ao enfrentamento da letalidade infantojuvenil e à preservação da vida de crianças e adolescentes ameaçados de morte.

8. Política para a pessoa em situação de rua

A secretária discorreu sobre o **Canto da Rua**, espaço disponibilizado pela Sedese para atendimento da população em situação de rua, em parceria com a Fundação Clóvis Salgado, na Serraria Souza Pinto, em Belo Horizonte. Detalhou que foram realizados 165 mil atendimentos desde a inauguração do espaço, em junho de 2020, e que foram atendidas 706 pessoas por dia no primeiro semestre de 2021. Também mencionou a disponibilização de 150 vagas de hospedagem para o abrigo de pessoas em situação de rua pertencentes ao grupo de risco da Covid-19.

Reconhecendo a essencialidade desse projeto, a secretária ressaltou que a Sedese tem discutido e buscado, junto com a Pastoral de Rua e outros parceiros, alternativas para a manutenção do Canto da Rua durante o ano em curso.

Parlamentares reiteraram a relevância do programa, especialmente nessa época de pandemia, em que a população em situação de rua tem aumentado sobremaneira. Enfatizaram a necessidade de que a iniciativa seja mantida, de maneira que a Serraria Souza Pinto continue acolhendo essas pessoas de Belo Horizonte e da Região Metropolitana da Capital.

Foi evidenciada pelos deputados a responsabilidade da Sedese quanto à proteção de alta complexidade, inclusive no que se refere ao cofinanciamento das ações nessa área pelo Estado. Nesse sentido, pleitearam a atuação da Sedese visando a resolução de eventual tensão e desentendimentos com órgãos municipais, de forma a se garantir a manutenção do programa, imprescindível ao atendimento da população em situação de rua, particularmente no contexto da pandemia de Covid-19.

Por fim, reforçaram a relevância da elaboração de um plano estadual para atendimento a essa população.

Compromisso/posicionamento da secretária:

COMPROMISSO

- A secretária informou que, para a execução do programa Canto da Rua, há um convênio de cessão da Serraria Souza Pinto, que disponibiliza o espaço para o desenvolvimento das ações do programa, cujo prazo de encerramento é 10/7/2021. A Sedese, segundo a gestora, está articulando a sua continuidade. Porém, seu financiamento é da Prefeitura de Belo Horizonte, que tem acenado pela sua interrupção, em troca de assumir parte do atual trabalho. Assim, a Sedese aguarda o retorno relativo à cessão do espaço para definição de continuidade do Canto da Rua nos moldes atuais. A secretária demonstrou preocupação com o indicativo de aumento acentuado da quantidade de pessoas em situação de rua, atingindo não só indivíduos, mas famílias inteiras.

REQUERIMENTOS

RQN 8.548/2021: Pedido de providências para a criação de um plano estadual de atendimento à população em situação de rua, nos moldes do atual programa Canto de Rua, de maneira a fortalecer e ampliar as ações destinadas aos municípios e, sobretudo, à Região Metropolitana de Belo Horizonte.

RQN 8.551/2021: Pedido de informações sobre projetos ou ações desenvolvidas pela pasta para apoiar ou coordenar os municípios nos atendimentos à população em situação de rua, especialmente nas regiões de maior vulnerabilidade social do Estado, considerando-se o exponencial aumento desse público e a imprescindibilidade dos serviços, especialmente no contexto da pandemia de Covid-19.

9. Política para povos e comunidades tradicionais

Parlamentares trouxeram à tona a importância da **Mesa Estadual de Diálogo e Negociação Permanente com Ocupações Urbanas e Rurais** para mediar todos os casos de conflitos ligados à terra e ao meio ambiente, lembrando o ocorrido na aldeia indígena Xakriabá, que foi incendiada. Mas alertaram que o atendimento da Mesa é lento e não traz o posicionamento do Estado em relação aos conflitos em curso. Observaram o constante conflito em terras indígenas e quilombolas, sobretudo nas cidades de Uberaba e Itabira, onde a proteção das áreas tem sido realizada pelos aldeados, de maneira precária e insuficiente.

Deputadas destacaram que recentemente o Supremo Tribunal Federal – STF – reconheceu que, em tempo de pandemia, as ordens e as medidas de reintegração de posse devem ser postergadas e que orientação similar foi dada pela Organização Mundial da Saúde – OMS. Nesse sentido, demonstraram seu entendimento de que é indispensável que o Estado se posicione em relação aos conflitos de reintegração de posse da mesma maneira, adotando uma política de despejo zero.

A secretária foi questionada sobre quando serão retomados os processos de regularização fundiária que estão sendo debatidos e acompanhados, inclusive pela Comissão Estadual de Povos e Comunidades Tradicionais. Enfatizaram a necessidade de articulação entre a Sedese e a Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa – para regulamentar os títulos de posse de terras das comunidades tradicionais.

Solicitaram atenção da pasta na Capital no acompanhamento do incêndio ocorrido na aldeia indígena Xakriabá, mesmo que a Regional Januária seja a responsável por isso.

COMPROMISSOS

Compromissos/posicionamentos da secretária:

- A secretária afirmou que o processo de regularização fundiária é um assunto importante para a Sedese e que já iniciou uma conversa informal para tratar do tema. Mas se comprometeu a retomar uma negociação formal sobre esse assunto.
- Informou que a Coordenadoria de Promoção da Igualdade Racial – CPIR – está acompanhando o caso relativo a aldeia Xakriabá, e, ao que tudo indica, há disputa de terra entre as tribos. Enfatizou que há necessidade de acompanhamento do caso para ações futuras e que a Sedese irá acolher e dar suporte aos atingidos. Além disso, disse que vai solicitar à Regional de Januária que acompanhe todo o processo e verificar que tipo de apoio pode ser oferecido pela secretaria.
- A gestora reafirmou que em 2021 não houve reintegrações de posse, como resultado das diretrizes e das atividades da Mesa Estadual de Diálogo e Negociação Permanente com Ocupações Urbanas e Rurais, destacando que a Sedese é responsável por coordenar a Mesa e por fazer a articulação com os outros 24 representantes.

REQUERIMENTOS

RQN 8.549/2021: Pedido de informações acerca das medidas adotadas por esta Secretaria para prover a Mesa de Diálogo e Negociação Permanente de recursos financeiros e humanos necessários para sua atuação eficaz e resolutiva, bem como sobre o planejamento de atuação da referida mesa para o período pós-pandemia.

RQN 8.550/2021: Pedido de providências para assegurar a proteção das aldeias indígenas do Norte de Minas, especialmente da aldeia Xakriabá, que teve a biblioteca, a secretaria da escola indígena, que fica na Aldeia Barreiro Preto, e a casa de medicina tradicional, incendiadas em 24/6/2021.

RQN 8.552/2021: Pedido de informações acerca da atuação da Comissão Estadual de Povos e Comunidades Tradicionais, especialmente sobre como a secretaria tem garantido a estrutura, tanto de recursos humanos quanto financeiros, para o seu pleno funcionamento.

RQN 8.554/2021: Pedido de informações acerca de campanhas, ações e programas de combate ao racismo e de enfrentamento da desigualdade racial, aprofundada durante a pandemia de covid-19.

RQN 8.581/2021: Pedido de informações sobre quando serão retomados os processos de regularização fundiária dos povos e comunidades tradicionais que estão sendo debatidos e acompanhados pela Comissão Estadual para o Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Minas Gerais – CEPCT-MG.

10. Esporte, lazer e juventudes

Em relação às políticas esportivas, a titular da pasta informou que foram realizadas edições remotas dos **Jogos Escolares de Minas Gerais – Jemg – e dos Jogos do Interior de Minas Gerais – Jimi**. Nos Jemg, houve 466 participantes de 189 municípios, ao passo que os Jimi contaram com 2.300 participantes de 189 municípios.

Quanto às ações direcionadas ao fomento da prática esportiva, a secretária declarou que foram repassados R\$4 milhões a 412 municípios por meio do **ICMS Esportivo**. Segundo ela, esse recurso permitiu o atendimento de aproximadamente 992 mil pessoas.

Por seu turno, as ações relativas à **Lei de Incentivo ao Esporte**, segundo a gestora, permitiram o atendimento de 9.100 beneficiários por meio de 36 projetos esportivos desenvolvidos em 33 municípios mineiros. Já a **Bolsa Atleta** e a **Bolsa Técnico** foram executadas normalmente.

A secretária ainda informou que já se encontram em fase de planejamento a retomada das atividades presenciais dos Jemg, dos Jimi e dos Jogos Indígenas. Quando as regras de isolamento forem afrouxadas, a primeira competição a ser realizada pela pasta será os **Jogos Indígenas**.

Além dos jogos, também se encontra em fase de planejamento a retomada das atividades do **Geração Esporte**, que consiste na oferta de atividades esportivas no contraturno escolar.

Por fim, a secretária afirmou que a Sedese pretende disponibilizar *kits* esportivos para ampliar a oferta do Geração Esporte e a de atividades esportivas para a terceira idade.

No que se refere às juventudes, parlamentares pontuaram a relevância de ações específicas para a juventude negra das vilas, favelas e aglomerados.

11. Combate ao trabalho escravo e degradante

Parlamentares lembraram a realização de audiência pública nesta Casa em que se debateu sobre o trabalho escravo. Durante a reunião, a Clínica de Direitos Humanos da UFMG e a da Universidade Federal de Uberlândia apresentaram dados alarmantes, segundo os quais o número de pessoas resgatadas nessa condição tem aumentado no Estado e soma o maior do País. Pediram que a secretária informasse as ações existentes para a proteção dessas pessoas. E evidenciaram a necessidade de se criarem políticas efetivas para o combate ao trabalho escravo, de modo que se possa prescindir de atitudes altruístas de técnicos da assistência social do Executivo.

COMPROMISSO

Compromisso/posicionamento da secretária:

- Quanto à questão do migrante, a secretária considera que houve evolução diante das articulações procedidas entre a Agência da ONU para Refugiados – Acnur – e o Comitê Mineiro para os Migrantes Refugiados, Apátridas e Pessoas Vítimas do Tráfico – Comitrat. Destacou que o comitê está voltando a funcionar e que o governo de Minas assinou o pacto pela erradicação do trabalho escravo, além de firmar uma campanha de prevenção ao trabalho escravo, bem como ao trabalho escravo infantil, em parceria com a Organização Internacional do Trabalho – OIT. Essas iniciativas culminaram no desenvolvimento de um plano estadual de atendimento ao migrante e às vítimas de trabalho escravo, envolvendo o Comitrat e as agências internacionais. A expectativa é que seja criado um grupo para definir, acompanhar e implantar suas ações.

12. Centro de Referência em Direitos Humanos – CRDH – e Programa de Proteção aos Defensores em Direitos Humanos – PPDDH

Parlamentares questionaram se há previsão de estudos e recursos para ampliação do número de CRDHs no Estado, tendo em vista que só existem quatro unidades, número insuficiente diante do relevante trabalho de proteção e apoio às famílias vítimas de violações de direitos humanos.

Nesse contexto, deputadas questionaram qual a previsão de depósito dos recursos na conta das entidades classificadas por meio do Edital de chamamento público Sedese Nº 07/2021, que é um processo de seleção pública de organização da sociedade civil para celebrar termo de colaboração, cujo objeto é a implementação e a manutenção das atividades dos Centros de Referência em Direitos Humanos.

Perguntaram que análise foi feita para justificar a redução do montante de recursos disponibilizados para execução dos serviços dos CRDHs e que alternativas a Sedese propõe, se essa diminuição se mantiver, para a manutenção dessas atividades tão essenciais, sem perder a qualidade da equipe técnica, precarizar o serviço, violar os direitos dos profissionais e prejudicar as entregas finais no atendimento da demanda da população.

Por fim, deputados solicitaram informações sobre o Programa de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos – PPDDH.

Compromissos/posicionamentos da secretária:

- A secretária espera que em setembro já tenha sido assinado contrato com as entidades classificadas no chamamento público e, a partir daí, já possa fazer a transferência dos primeiros repasses os CRDHs.
- Ela informou sobre a dificuldade de captação de recursos para a manutenção dos CRDHs. Mesmo assim, garantiu que a Sedese já conseguiu parte dos recursos necessários, e que, para o restante, conta com o trabalho conjunto com as regionais. Comprometeu-se com a prestação de apoio e assistência para as regionais, prezando pela qualidade do serviço. Contudo, frisou que é necessário que a manutenção dos centros, pelo menos no primeiro ano, esteja dentro dos limites dos recursos disponíveis.

RQN 8.553/2021: Pedido de informações acerca da manutenção dos Centros de Referência em Direitos Humanos e de possíveis impactos na continuidade dos respectivos atendimentos, bem como sobre os recursos empenhados ou previstos para a manutenção desses equipamentos no ano de 2021.

RQN 8.555/2021: Pedido de informações acerca do Programa de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos – PPDDH –, inclusive no que se refere ao número de pessoas atendidas e recursos previstos para a manutenção do programa no ano de 2021.

RQN 8.583/2021: Pedido de informações sobre quais estudos e análises subsidiaram a decisão de redução do montante de recursos disponibilizados para a execução dos serviços dos Centros de Referência em Direitos Humanos – CRDHs –; em hipótese de manutenção da redução dos recursos, como a Secretaria Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – pretende propor alternativas, na

COMPROMISSOS

REQUERIMENTOS

realização das atividades essenciais, sem perder a qualidade da equipe técnica, sem precarizar os serviços e violar direitos de profissionais, sem prejudicar ações e as entregas finais no atendimento das demandas da população; qual é a previsão da Sedese para implantar equipamentos de proteção às mulheres como o Centro de Referência de Defesa da Mulher para o Município de Buritizeiro e outros municípios do Norte de Minas, onde os níveis de violência e feminicídio são alarmantes; qual é a previsão de depósito dos recursos nas contas das instituições vencedoras do Edital de Chamamento Público Sedese nº 7/2021, processo de seleção pública de organização da sociedade civil para celebrar termo de colaboração que tem como objeto a implementação e manutenção das atividades dos CRDHs.

13. Conselhos de Políticas Públicas

Parlamentares destacaram a necessidade de se organizar e manter o funcionamento dos conselhos de políticas públicas, tendo em vista que são espaços dedicados à escuta das demandas da população. Salientaram a necessidade de o Estado estimular o funcionamento dos conselhos municipais.

COMPROMISSO

Compromisso/posicionamento da secretária:

- A secretária concordou que os conselhos de políticas públicas são fundamentais, que já são espaços reconhecidos de escuta e de participação da comunidade na construção das políticas públicas, e comprometeu-se a apoiar o fortalecimento desses colegiados.

14. Política sobre Drogas

A titular da Sedese informou sobre o lançamento em meio digital, no dia 25/6/2021, do **Plano Estadual Intersetorial de Cuidados/Tratamento e Prevenção do Uso/Abuso de Álcool, Tabaco e outras Drogas**.

Os parlamentares apontaram que, durante a pandemia, o uso e o abuso de álcool e outras drogas foi intensificado, exigindo ações específicas do Estado. Destacaram a necessidade de esta Casa permanecer na discussão e no acompanhamento do Plano Estadual Intersetorial de Cuidados/Tratamento e Prevenção do Uso/Abuso de Álcool, Tabaco e outras Drogas, mesmo que a Comissão de Prevenção e Combate ao uso de Crack e outras Drogas não tenha sido instalada nesta legislatura.

A secretária fez um apelo pelo retorno da referida comissão, reconhecendo-a como facilitadora da interlocução com esta Casa nas questões relativas à política sobre drogas.

15. Emendas populares ao orçamento

Discorrendo sobre as emendas parlamentares destinadas à Sedese, a secretária esclareceu que a pasta recebeu mais de **320 emendas** para ações de segurança alimentar, assistência social, direitos humanos,

esportes e trabalho e emprego, incluindo aquisições, obras e reformas, entre outras. Mais de 50 emendas foram destinadas a ações de enfrentamento da Covid-19, totalizando cerca de R\$3,5 milhões para 54 convenentes. Para aquisição de *kits* emergenciais (compostos por *kit* higiene, cesta básica e cobertores) foram 42 emendas, totalizando R\$ 2,7 milhões. Nove emendas foram destinadas para gêneros alimentícios, totalizando R\$583 mil reais. Segundo a secretária, foram beneficiados 232 municípios e 6 entidades.

Os parlamentares pontuaram a importância de se pagarem as emendas populares ao orçamento, aprovadas durante o processo de revisão do PPAG, por esta Casa, em novembro de 2020.

REQUERIMENTO

RQN 8.568/2021: Pedido de informações sobre a execução das seguintes emendas populares aprovadas ao orçamento de 2021: implantação do Centro Estadual de Defesa dos Direitos Humanos da População em Situação de Rua e Catadores de Materiais Recicláveis; construção, reforma e melhorias de Unidades Habitacionais (Housing First) para a população de rua; promoção dos jogos indígenas e fomento aos empreendimentos da Economia Popular Solidária.